

Estas exigências do FMI são descabidas

Empresários discutem comércio Brasil-EUA

Aoitava reunião plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos será aberta amanhã, no Itamaraty, pelo ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, na presença do chanceler Olavo Setúbal. Os temas tratados na reunião serão comércio, política de investimentos, transferência de tecnologia e dívida externa versus capital de risco.

No que se refere ao comércio, os empresários vão discutir as relações atuais entre os dois países. Os brasileiros pretendem levantar os problemas setoriais no intercâmbio bilateral, abrangendo exportações de aço, álcool, calçados e têxteis, enquanto os norte-americanos vão tratar do impacto da sua política comercial sobre as exportações. Iniciativas para uma política de melhor entendimento também serão discutidas pelos norte-americanos.

Sobre política de investimentos, a seção

O presidente do BB defende união dos devedores

É imprescindível renegociar a dívida externa da América Latina, com prazos mais longos e amplo período de carência. A afirmação foi feita ontem pelo

presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, em Cartagena, na Colômbia, abrindo reunião da Alide (Associação Latino-americana

de Instituições Financeiras de Desenvolvimento). Calazans, que é presidente da Alide, propôs uma reunião entre os países devedores para

definir mecanismos de recuperação, como o aumento da ajuda do Banco Mundial e do Bird, e pediu ainda mecanismos financeiros "especiais" para os devedores.

brasileira fará uma comparação entre o clima para investimentos estrangeiros, observando que a legislação nacional é atraente para os norte-americanos, e a política adotada por países cuja tônica é a restrição. Os representantes dos EUA, neste campo, deverão descrever as novas políticas legislativas e governamentais que visam endurecer sua linha de ação em relação aos países que tratam injustamente investimentos norte-americanos nos seus mercados. A visão do empresariado dos EUA sobre o clima para investimento no Brasil será objeto de discussão.

No campo da transferência de tecnologia, os brasileiros deverão reconhecer que continuam necessitando dos EUA para alcançar suas metas de desenvolvimento. Também será examinado o problema da tributação e a restrição norte-americana à reexportação de sua tecnologia.

Eliminar o déficit de Cr\$ 84,9 trilhões e reduzir a inflação para 160% este ano: estas são duas exigências do Fundo Monetário Internacional que o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, considera inteiramente descabidas. Ele não quer fixar nenhuma meta, em termos de inflação para este ano, mas entende que uma taxa de 180% é a mínima que poderá ser alcançada.

O ministro receberá hoje à tarde em Brasília os membros da missão do Fundo e fará uma declaração à imprensa. Depois, as negociações, terão início com o lado brasileiro sendo chefiado pelo secretário-geral da Fazenda, Sebastião Marcos Vital (foto). O Brasil, insistiram ontem fontes da Fazenda, só aceitará, um programa econômico realista, que possa efetivamente ser cumprido sem causar mais recessão e desemprego.

Durante o dia de ontem, os principais técnicos da Fazenda reuniram-se com o ministro Francisco Dornelles, "aparando as últimas arestas" para começar a negociar. No começo da noite, chegou ao Ministério o representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka. Ele disse que o acordo stand by será bom para o Brasil.

Para técnicos brasileiros, o FMI está trazendo duas propostas "absolutamente fora de órbita": eliminação do déficit público este ano, a inflação de 160%. No caso do déficit, a economista Ana Maria Jull calcula que alcança Cr\$ 65 trilhões, com base no conceito do FMI. Um banqueiro sugeriu que o ministro Francisco Dornelles se comprometeria a reduzi-lo para Cr\$ 32 trilhões, mas a informação foi desmentida por um categorizado assessor.



Com relação à inflação, o governo vai argumentar que a carta de intenções do México não fixou nenhuma meta nesse sentido. Igualmente, em uma ou duas cartas do governo passado também não houve comprometimento com meta para a inflação.

As negociações com o FMI, com certeza, serão diferentes. No início das negociações, hoje, o governo vai exigir uma nova sistemática dos modelos econômicos. Até agora, o FMI recolhia os dados, enfiava na sacola, e ia processá-los em Washington, dando depois o bolo pronto para o Brasil. Agora, o governo quer fazer esses modelos econômicos, com ajuda do Serpro. "Com isso, poderemos questionar melhor, rebater as argumentações do Fundo", explicou um técnico do Ministério da Fazenda.

Bancos

Ao mesmo tempo em que considera imprescindível uma rolagem da dívida de US\$ 61,3 bilhões (US\$ 45,5 bilhões do principal

mais US\$ 16 bilhões de dívida de curto prazo) com os bancos internacionais para 16 anos com sete de carência, o governo colocará na mesa de negociações a necessidade de diminuir o percentual da taxa de risco (spread) que paga em sua dívida. Atualmente, o Brasil paga 2% ao ano acima da Libor (taxa de juros do eurodólar) que recaem sobre 62,9% da dívida, mas quer uma diminuição de 0,2% para ficar no mesmo patamar que o México (1,8%).

Os banqueiros querem reduzir em US\$ 2 bilhões o montante da dívida externa a ser renegociada pelo prazo de 16 anos, informou ontem o diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas. O governo quer reescalonar US\$ 45,3 bilhões, mas os banqueiros insistem em excluir algumas operações, com as de lease-back.

Carlos Eduardo de Freitas, que participou ontem da reunião preparatória para as negociações com o FMI, no Ministério da Fazenda, confirmou que o esquema de renegociação com o Clube de Paris será semelhante ao esquema a ser negociado com os bancos, envolvendo sete anos de carência e prazo total de 16 anos. Ele falou também que as reservas líquidas do Brasil estão um pouco abaixo de US\$ 8 bilhões.

Na próxima segunda-feira, o Banco Central estará liberando, oficialmente, os novos números do balanço de pagamentos em sua segunda revisão na Nova República, que servirá de base para as negociações com os bancos credores e com o Fundo Monetário Internacional que precisa mostrar aos bancos credores que o programa de ajuste econômico é viável.